

**ATA DA SEPTUAGÉSIMA OITAVA SESSÃO ORDINÁRIA DA TERCEIRA SESSÃO
LEGISLATIVA DA DÉCIMA SEGUNDA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

Aos quatro dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e cinco, às nove horas e trinta e cinco minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Gerson Claro e secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a lista de presença e constatada a existência de número legal, foi aberta a presente Sessão Ordinária.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Bom dia, senhoras e senhores deputados. Havendo número legal, declaro aberta a presente Sessão Ordinária. Com a palavra, o senhor segundo-secretário, deputado Pedro Kemp, para que proceda à leitura da ata da sessão anterior. **PEQUENO EXPEDIENTE.**

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Bom dia, senhor presidente. Bom dia, senhores deputados, deputadas, público presente no Plenário da Assembleia Legislativa e a todos aqueles que nos acompanham pela TV e Rádio Alems. *“Ata da Septuagésima Sétima Sessão Ordinária da Terceira Sessão Legislativa da Décima Segunda Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul – Estado do Pantanal. Aos três dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e cinco, às nove horas e quarenta e quatro minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do deputado Gerson Claro e secretariada pelos deputados Renato Câmara e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a presença dos deputados e constatada a existência de número legal, foi aberta a Sessão Ordinária. PEQUENO EXPEDIENTE – Lida e aprovada a Ata de número Noventa da Septuagésima Sexta Sessão Ordinária. Pelo primeiro-secretário foram lidos os seguintes expedientes: e-mail's Transfere Gov.Br; Ofício nº 1.385/2025, da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos de Campo Grande; Ofícios nºs 72, 73 e 74/2025, da Motiva Pantanal – Concessionária de Rodovia Sul-Mato-Grossense S.A. SEGUNDA PARTE DO PEQUENO EXPEDIENTE – Usaram da palavra os deputados Marcio Fernandes, Pedro Kemp, Professor Rinaldo, Junior Mochi, Antonio Vaz, Caravina, Roberto Hashioka, Zeca do PT, Lidio Lopes e Mara Caseiro. Sobre a mesa, proposições apresentadas pelos deputados Lia Nogueira, Lucas de Lima, Gleice Jane e Paulo Corrêa. GRANDE EXPEDIENTE – Usou da palavra o deputado João Henrique. ORDEM DO DIA. Foram aprovadas, em discussão única e votação nominal, as seguintes proposições: Projeto de Resolução nº 15/2025, de autoria do deputado Paulo Corrêa; Projeto de Resolução nº 21/2025, de autoria do deputado Caravina; Projeto de Resolução nº 28/2025, de autoria do deputado Neno Razuk. Foi aprovado, em redação final e votação nominal, o Projeto de Lei nº 14/2025, de autoria do deputado Antonio Vaz. Foi aprovado, em segunda discussão e votação nominal, o Projeto de Lei nº 143/2025, de autoria do Poder Judiciário. O deputado Zeca do P pediu vista do Projeto de Lei nº 158/2025, de autoria do Poder Executivo. Foi aprovado, em primeira discussão e votação nominal, o Projeto de Lei nº 147/2025, de autoria da deputada Mara Caseiro. Foram aprovadas, em discussão única e votação simbólica, as seguintes proposições: requerimento de moção de pesar, de autoria da deputada Mara Caseiro, endereçada aos familiares de Elaine Jussara Bacelar; requerimento de moção de pesar, de autoria do deputado Paulo Corrêa, endereçada aos familiares de Laerte Monteiro Moraes Júnior; requerimento de moção de pesar, de autoria do deputado Pedro Kemp,*

*endereçada aos familiares de Ayrton Dias da Motta; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Professor Rinaldo, endereçada aos senhores Cristiano Heleno Silva e Luiz Paulo Domingos da Costa, pela realização do evento Retrocar/MS, nos dias 09 e 10 de agosto; requerimento de moção de congratulação, de autoria da deputada Lia Nogueira, endereçada à desembargadora Jaceguara Dantas da Silva, do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, pelo recebimento do prêmio 'CNJ Juíza Viviane Vieira do Amaral – edição 2025', na categoria magistrados(as), e pela criação do site 'Monitor da Violência contra a Mulher', ferramenta inédita e de grande relevância social; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Marcio Fernandes, endereçada à Associação Nipo Brasileira de Naviraí, pelo excelente desempenho no XXXIV Campeonato Brasileiro de Softbol; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Zé Teixeira, endereçada à professora Mariza de Fátima Barros Araújo, presidente da Federação Internacional de Educação Física - Delegacia do Brasil e presidente da Associação dos Profissionais de Educação Física, de Dourados, pelo título recebido de 'Doutora Honoris Causa', concedido pela Genesys Internacional Higher Education – USA, em nome de quem cumprimento todos os profissionais de Educação Física do Estado de Mato Grosso do Sul, na data nacional de 1º de Setembro e na semana estadual em comemoração a esta importante e fundamental categoria profissional; requerimento de moção de congratulação, de autoria da deputada Mara Caseiro, endereçada à Polícia Civil do Estado de Mato Grosso do Sul, pela rápida, eficiente e exemplar atuação no caso que vitimou, de forma trágica e revoltante, uma criança de tenra idade, em Campo Grande; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Roberto Hashioka, endereçada à União dos Clubes de Gueitebol do Brasil, representada pelo presidente Júlio Hagio, à Associação Cultural e Esportiva Nipo-Brasileira de Dourados, representada pelo presidente Nélio Shigueru Kurimori, e para a Sociedade dos Clubes de Gateball do Mato Grosso do Sul, representada pelo presidente Júlio dos Santos Duarte, pela realização e promoção do 10º Campeonato Internacional de Gateball Memuro – Brasil, realizado no Clube Nipo-Brasileiro de Dourados, sede Campestre, durante os dias 22, 23 e 24 de agosto de 2025; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Paulo Duarte, endereçada ao fundador da página de notícias Tijucando, senhor Vander Luiz de Paula Santos; requerimento, de autoria da deputada Lia Nogueira, solicitando a reserva do Plenário Deputado Nelito Câmara, na data de 24 de setembro de 2025, para realização de Sessão da Frente Parlamentar em Defesa dos Profissionais da Saúde; requerimento, de autoria do deputado Professor Rinaldo, solicitando a reserva do Plenário Deputado Júlio Maia, no dia 21 de outubro do corrente ano, para a realização de Audiência Pública, para discutir 'A construção do Plano Estadual de Educação: participação e acompanhamento social'; requerimento, de autoria do deputado Professor Rinaldo, solicitando a reserva do Plenário Deputado Júlio Maia, no dia 28 de outubro do corrente ano, para a realização de uma Sessão Solene em comemoração ao Dia do Cerimonialista em Mato Grosso do Sul; indicações, de autoria dos deputados Roberto Hashioka, Renato Câmara, Gleice Jane, Jamilson Name, Junior Mochi, Marcio Fernandes, Zé Teixeira, Pedro Kemp, Lucas de Lima, Mara Caseiro, Zeca do PT e Roberto Hashioka. **EXPLICAÇÕES PESSOAIS** – Não houve oradores inscritos. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a presente Sessão e, para constar, mandou lavrar a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada. Plenário Deputado Júlio Maia, três de setembro do ano de dois mil e vinte e cinco". Foi lida a ata, senhor presidente.*

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Em discussão a ata que acaba de ser lida. Não havendo quem queira impugná-la, dou-a por aprovada. Solicito ao primeiro-secretário, deputado Paulo Corrêa, para proceder à leitura do Expediente.

PRIMEIRO-SECRETÁRIO (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Bom dia, senhor presidente, senhores e senhoras deputadas. Expediente da Sessão Ordinária de 04 de setembro de 2025: Ofício nº 135/2025, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, respondendo à indicação do deputado Pedro Kemp (Prot. nº 2549/2025); Ofícios nºs 40.362, 40.366, 40.370, 40.378, 40.386, 40.392, 40.400, 40.404 e 40.413/2025, da Secretaria de Estado de Governo e Gestão Estratégica de Mato Grosso do Sul, respondendo às indicações dos deputados Zé Teixeira, Pedro Kemp, Junior Mochi, Jamilson Name, Renato Câmara e Coronel David; Ofício nº 79/2025, da Motiva Pantanal, respondendo à indicação do deputado Lucas de Lima (Prot. nº 2731/2025); Carta nº 1.057/2025, da Águas Guariroba, respondendo à indicação do deputado Coronel David (Prot. nº 2720/2025). Senhor presidente, está lido o expediente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Passemos à **Segunda Parte** do Pequeno Expediente. Com a palavra, o deputado Rinaldo Modesto.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO MODESTO (Podemos) — Bom dia, senhor presidente Gerson Claro, deputado Paulo Corrêa, colegas aqui presentes, e a quem nos acompanha através da TV e da Rádio Assembleia. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de congratulação ao senhor Paulo Simões, em reconhecimento aos cinquenta anos da composição do "Trem do Pantanal". Essa moção deve ser redigida nos seguintes termos: "O Parlamento sul-mato-grossense, legítimo representante de todos os segmentos sociais do estado, através da iniciativa do deputado do Professor Rinaldo Modesto, congratula-se com o senhor Paulo Simões, em reconhecimento aos cinquenta anos da composição do "Trem do Pantanal", música símbolo do nosso estado, e que há muitos anos contribui de modo exponencial para a divulgação cultural do Estado de Mato Grosso do Sul. A Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul, tempestivamente manifesta a sua admiração e gratidão aos compositores Paulo Simões e Geraldo Roca, *in memoriam*, pela estupenda e admirável obra artística que retrata a beleza do Pantanal e a saudade da terra natal. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de congratulação ao senhor Pedro Sarkis Mezher, proprietário do Shopping Dubai, pela inauguração desse importante empreendimento. A moção uma vez aprovada deverá ser redigida nos seguintes termos: "A Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul, por iniciativa do deputado Professor Rinaldo Modesto, congratula-se com o senhor Pedro Sarkis Mezher, pela inauguração do Shopping Dubai, que acontece hoje em Pedro Juan Caballero, Paraguai. Esse empreendimento representa um marco significativo para o desenvolvimento econômico da região de fronteira, fortalecendo o comércio, gerando novas oportunidades de emprego e contribuindo para o

turismo local. A visão empreendedora do senhor Pedro demonstra seu compromisso com a inovação e o crescimento sustentável, trazendo benefícios não só para o Paraguai, mas para o Mato Grosso do Sul e toda região de fronteira. É o que tinha, senhor presidente. Obrigado.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Pela ordem, senhor presidente,

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Pela ordem, o deputado Paulo Corrêa.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Esse é, sem dúvida, um empreendimento grandioso da fronteira, em Ponta Porã e Pedro Juan Caballero, e com a permissão do autor, deputado Rinaldo, eu gostaria que essa moção fosse feita pela Casa.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Se for possível, eu também gostaria que fosse, até porque o nosso vice-presidente, deputado Renato Câmara, está lá representando a Casa.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO MODESTO (Podemos) — Quero dizer que o Pedro é um empresário que tem gerado empregos e oportunidades, não somente para a população do Paraguai, mas também de Ponta Porã, inclusive vários colaboradores brasileiros trabalham na empresa dele. É uma alegria encaminhar essa moção em nome dos vinte e quatro deputados desta Casa de Leis.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Registramos e agradecemos a presença do senhor Edson Lourenço, o Pinduca, vereador de Aparecida do Taboado. Com a palavra, o deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Vou inverter com o deputado Zeca.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Zeca do PT

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Muito obrigado, deputado Pedro Kemp. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao presidente da República, senhor Luiz Inácio Lula da Silva, ao ministro do Estado do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, senhor Geraldo Alckmin, bem como, ao presidente da Agência Brasileira de Promoção de Exportação e Investimentos, a Tech Brasil, senhor Jorge Viana, nos seguintes termos. "Considerando a posição geográfica e estratégica do Estado do Mato Grosso do Sul dentro do corredor bioceânico até o Oceano Pacífico, e por ser um ponto de conexão central essencial para o escoamento da produção agroindustrial brasileira até os portos do norte do Chile, solicito que sejam envidados esforços para implantação de um escritório regional da ApexBrasil, no Mato Grosso do Sul, com ênfase na captação de investimentos e fortalecimento das exportações através da Rota Bioceânica". Eu penso que seria

interessante transformar essa indicação pela Casa, até porque a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (ApexBrasil) tem escritório em Goiânia, em Cuiabá, e Mato Grosso do Sul será o centro de todo o processo da primeira ligação bioceânica. Então, eu acho que em nome da Casa teria um reforço substancial.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Eu vou atender a solicitação de Vossa Excelência e vamos fazer em nome da Casa.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Moção de congratulação. A Assembleia Legislativa do Estado do Mato Grosso do Sul, legítima representante dos anseios da sociedade sul-mato-grossense, por iniciativa do deputado Zeca do PT, cumprimenta o senhor Luis Inácio Lula da Silva, presidente da República, bem como o ministro de Estado de Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, senhor José Wellington Barroso de Araújo Dias, pelo reconhecimento do Brasil como o país da América Latina e Caribe que mais investe em políticas sociais, o maior na proporção de ações de inclusão e proteção social na região, segundo o relatório América Latina e Caribe, pelos trinta anos da Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Social. Durante a VI Conferência Regional sobre o Desenvolvimento Social da América Latina e do Caribe que ocorreu em Brasília, foi apresentado o relatório produzido pela Comissão Econômica da América Latina (Cepal), apontando que o Brasil realizou investimentos equivalente a 12.4 do PIB em programas de proteção social, enquanto a média na região da América Latina e Caribe fica na casa de 4.4 do PIB. Em 2025, o Brasil saiu novamente do mapa da fome e da Organização das Nações Unidas (ONU), sendo também o país que mais contribui para a queda de pobreza na região da América Latina e Caribe nos últimos anos, demonstrando claramente o êxito das políticas econômicas e sociais do governo do presidente Lula, através dos programas implementados pelo MDS. Conto com o apoio dos pares na aprovação deste expediente. Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Pela ordem, o deputado Zeca do PT.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Senhor presidente, eu sei que meu nobre colega, líder da nossa bancada, deputado Pedro Kemp, irá fazer um pronunciamento, mas como eu estou muito entusiasmado, vou registrar aqui, deputado Coronel Davi, que o presidente Lula lança o "Gás do Povo", ou seja, gás de cozinha de graça para mais e quinze milhões de famílias, sete milhões e meio, aproximadamente, no Nordeste, a metade de sete milhões e meio nas outras regiões do Brasil, inclusive no Centro-Oeste. Preocupado com isso, até porque existe uma enorme manipulação dos prefeitos, das primeiras-damas e de seus serviços nos programas sociais de competência do Governo Federal, estou indo amanhã ou a semana que vem ao Ministério Público Federal e Estadual, pedir a criação de um comitê municipal dos movimentos sociais, com os partidos políticos que queiram participar e criar mecanismos de fiscalização para que não haja utilização eleitoreira da extrema-direita nos programas sociais de responsabilidade do governo Lula. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, a deputada Mara Caseiro.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Bom dia, senhor presidente, senhores deputados e a todos que se fazem presentes nesta Sessão. Eu quero registrar e agradecer a presença do vereador Pinduca, de Aparecida do Taboado. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Eduardo Riedel, governador do estado, com cópia ao secretário de Estado de Infraestrutura e Logística, senhor Guilherme Alcântara de Carvalho, solicitando a destinação de recursos para pavimentação asfáltica com drenagem completa, na rua Oreste D'Avila Lima, antiga rua Suécia, situada no loteamento Pousada dos Pássaros, no município de Dourados. Solicito, ainda, a realização prévia de patrolamento e encascalhamento com fresa asfáltica no referido trecho, até que as obras definitivas sejam executadas. A presente indicação atende ao pedido formulado pelo vereador Adilson Freitas Valdez, o Diu do Povo, da Câmara Municipal de Dourados. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Eduardo Riedel, governador do estado, com cópia ao secretário de Estado de Educação, senhor Hélio Daher, solicitando a aquisição e instalação de sistema de sonorização e câmeras de segurança, na Escola Estadual Ernesto Solon Borges, localizada no município de Bandeirantes. A presente indicação atende ao pedido formulado pela direção e coordenação pedagógica da referida instituição de ensino. A Escola Estadual Ernesto Solon Borges atende atualmente cerca de setecentos alunos do ensino fundamental, períodos matutino e vespertino, e do ensino médio matutino, vespertino, noturno e integral, desempenhando um papel essencial na formação educacional e social dos jovens da região. A instalação de um sistema de sonorização se mostra necessária para aprimorar a comunicação interna da escola, garantindo maior organização e eficiência na gestão do tempo escolar, sobretudo em uma instituição que funciona em múltiplos turnos e com elevado número de estudantes. A implementação de câmeras de segurança é uma medida urgente e imprescindível para proporcionar maior proteção aos alunos, professores e demais servidores, bem como para inibir possíveis atos de violência, vandalismo, ou situações que comprometam a integridade do ambiente escolar. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Eduardo Riedel, governador do estado, e ao diretor-presidente da Agraer, senhor Wilson Willeman de Souza, solicitando a destinação de um veículo, tipo sedan ou picape, para guarnecer a Associação de Mulheres Rurais e Empreendedoras de Santa Terezinha, localizada no distrito de Santa Terezinha, município de Itaporã. A presente indicação atende ao pedido formulado pelos vereadores Marcelo, Manoel da Saúde, Lindomar, Paulo Henrique e o Miguelzinho, da Câmara Municipal de Itaporã. A referida associação desenvolve um trabalho essencial, voltado para o fortalecimento da Agricultura Familiar, promovendo apoio técnico e organizacional aos pequenos produtores da região e incentivando práticas voltadas ao desenvolvimento rural sustentável. Era o que eu tinha, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Lidio Lopes.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado João Henrique.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Senhor presidente, quero formular uma questão de ordem regimental, ainda que em caráter de avaliação e consulta, para que Vossa Excelência responda, mas não necessariamente agora. Eu estive estudando o nosso Regimento Interno e, em função das muitas reformas, ao longo dos anos algumas palavras e garantias ficaram soltas em outros artigos, sem a devida conexão. Quando nós estudamos, por exemplo, o instituto do acordo de lideranças que calendariza e reduz etapas regimentais de projetos importantes, deputado Neno Razuk, deputado Zeca do PT, que não tenha caráter constitucional, que não pode dar aplicação do regime de urgência, a calendarização e o acordo de lideranças suprime e atende pedidos do Colégio de Líderes e do Governo, acelerando a apresentação de emendas, a tramitação e a vinda para o Plenário. Então, se um projeto do governo recebe, por acordo lideranças, a determinação de vir hoje a Plenário, isso pode ser suprimido. E como é que pode apresentar a emenda no tempo regimental que determinaria a matéria? Essa é a indagação que faço a Vossa Excelência. O Colégio de Líderes contempla dois segmentos importantíssimos e esta Casa não está contemplando o líder da minoria e o líder da oposição porque o nosso Regimento foi mexido. Temos que entender que, independentemente da necessidade da reforma regimental, nós não podemos suprimir garantias do Plenário por acordo de lideranças, uma vez que não temos a possibilidade de inserção da oposição e da minoria para participar de um acordo de lideranças. Então sou favorável... Desculpe-me a complexidade da matéria, mas a questão de ordem que faço a Vossa Excelência é para que esta Casa se abstenha de realizar acordo de líderes até que se defina um líder da minoria e um líder da oposição, até porque a oposição desta Casa aumentou. Portanto, se a oposição do Partido dos Trabalhadores for séria, nós precisamos ter um líder da oposição e um líder da minoria, visto que temos quase uma bancada de oposição, regimentalmente falando. Então, senhor presidente, o pedido que faço é para avaliação e estudo, não há necessidade de responder agora, até porque o tema é complexo. Eu solicito formalmente, através dessa questão de ordem, que Vossa Excelência se abstenha de convocar o Colégio de Líderes para decidir acordo de lideranças sem que seja definido um líder da minoria e um líder da oposição. Obrigado, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Deputado, só para registrar que quando o senhor fala em "oposição", a oposição pode ser ao Governo, porque aqui nós não temos... Vou pedir para Vossa Excelência colocar isso no papel, mesmo porque é uma tese que o senhor desenvolveu e a gente vai precisar passar para o corpo jurídico estudar

para depois tomarmos uma decisão. Com tranquilidade e certamente será garantido o direito conquistado pelo voto da população sul-mato-grossense...

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Zeca do PT.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Só para registrar, senhor presidente, a assertiva do pronunciamento que o deputado João Henrique fez, aliás no primeiro dia de Sessão aqui eu pedi pela ordem e Vossa Excelência disse que é urgente a necessidade de se criar uma comissão de deputados dos mais diferentes partidos e correntes para propor uma reforma do nosso Regimento, que está ultrapassadíssimo. Obrigado, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) - Com a palavra, o deputado Lidio Lopes.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Bom dia, senhor presidente, nobres pares, a quem nos assiste pela TV e Rádio Assembleia, e a todos os presentes nesta Sessão. Eu tenho uma indicação e um projeto de lei. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Guilherme Alcântara, secretário de Estado de Infraestrutura e Logística, e ao senhor Mauro Azambuja Rondon, diretor da Agesul, solicitando a realização de estudos técnicos de tráfego com o objetivo de implantar ou adequar a sinalização viária e os dispositivos de controle de velocidade no trecho da Rodovia MS-339, nas proximidades da ponte sobre o rio Miranda, na entrada do perímetro urbano do município de Miranda. A presente solicitação tem origem em manifestações da população local que expressa preocupação constante, justificada pelo risco elevado de acidentes nesse trecho da rodovia. Trata-se de um trecho crítico, com curvatura acentuada, ausência de acostamento e dimensões reduzidas da pista. Esses fatores, associados ao descumprimento frequente dos limites de velocidade, por parte de condutores, resultam em um ponto de alta periculosidade, como comprovado por diversos registros de acidentes com danos materiais e, em alguns casos, lesões corporais. Justificativa anexa. Apresento aqui um projeto de lei que denomina “Bento José Muniz (Bentinho)” o trecho da rodovia estadual MS-386, compreendido entre o entroncamento com a rodovia MS-180 (aldeia Porto Lindo) e o entroncamento com a rodovia federal BR-163, passando pelos municípios de Japorã e Mundo Novo, incluindo o distrito de Jacareí e o assentamento Indiana. Artigo 1º - Fica denominado “Bento José Muniz (Bentinho)” o trecho da rodovia estadual MS-386, compreendido entre o entroncamento com a rodovia MS-180 (aldeia Porto Lindo) e o entroncamento com a rodovia federal BR-163, passando pelos municípios de Japorã e Mundo Novo, incluindo o distrito de Jacareí e o assentamento Indiana. Artigo 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação. Justificativa: o presente projeto de lei tem por finalidade prestar uma justa e merecida homenagem, *in memoriam*, ao senhor Bento José Muniz, popularmente conhecido como

Bentinho, que dedicou sua vida ao bem-estar da população sul-mato-grossense, especialmente na região onde hoje se localiza o distrito de Jacareí, no município de Japorã. Nascido em 20 de setembro de 1905, em Guanambi, no estado da Bahia, Bento José Muniz viveu em Piacatu-SP, onde exerceu a função de delegado de polícia, e com o espírito corajoso e empreendedor decidiu deixar o cargo e aventurar-se em terras inexploradas, migrando para o então território sul-mato-grossense em busca de novas oportunidades para sua família. Sua chegada à região de Jacareí deu-se em 06 de agosto de 1953, acompanhado de sua esposa, Benta Maria das Dores Muniz, e de seus filhos. Eles foram os primeiros moradores a se estabelecerem naquela localidade, desbravando o território e iniciando um processo de povoamento que seria fundamental para o desenvolvimento socioeconômico da região. O casal formou uma família numerosa, composta por oito filhos, quarenta e sete netos e setenta e seis bisnetos, muitos dos quais ainda residem na região, contribuindo com o legado deixado por seu patriarca. Homem íntegro, trabalhador, defensor da coletividade e protagonista na história da região, Bentinho é reconhecido por sua significativa contribuição no processo de ocupação, estruturação e fortalecimento da comunidade local. Seu papel como desbravador foi determinante para transformar uma área inóspita em território produtivo, acolhedor e promissor. A denominação do trecho da rodovia estadual MS-386 com o nome “Bento José Muniz (Bentinho)” é uma forma simbólica, porém profundamente significativa, de eternizar sua memória e reconhecer sua trajetória exemplar, marcada pelo serviço público, pela defesa da sociedade e pelo comprometimento com o desenvolvimento regional. Dessa maneira, além de resgatar a história local e valorizar os pioneiros que ajudaram a construir a identidade do nosso estado, esta homenagem reforça o compromisso desta Casa Legislativa com a preservação da memória e da gratidão institucional. Diante do exposto, conto com o apoio dos nobres pares para a aprovação deste projeto de lei. Eu cresci em Iguatemi e, ainda menino, via meu pai receber a visita do senhor Bentinho, uma figura ímpar e politicamente muito influente em toda aquela região, especificamente no distrito de Jacareí, onde construiu sua família. Quero dizer que para mim é uma honra apresentar esse projeto que denomina o trecho da rodovia estadual MS-386 “Bento José Muniz (Bentinho)”. Era o que tinha. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Com a palavra, o deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Senhor presidente, senhores deputados, quero apresentar uma moção de pesar. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de pesar aos amigos e familiares do senhor Éder Bezerra Lopes, pelo seu falecimento ocorrido no dia 02 de setembro. Éder era conhecido pelos mais próximos como Branco, dedicou a sua vida à educação pública com entusiasmo, carinho, comprometimento, e com sua alegria inspirou gerações de alunos, colegas e amigos, deixando marcas que jamais serão apagadas, seguindo os passos de sua mãe, senhora Isa Bezerra Lopes, professora aposentada, que foi seu exemplo para a vida no magistério. Atualmente atuava como coordenador da Escola

Estadual Arlindo Sampaio Jorge. Sua trajetória de vida foi marcada pela superação e ajudou muitas pessoas a vencer a dependência química, durante as reuniões do Grupo Narcóticos Anônimos. Éder encontrou na rede pública a missão de ensinar, motivar e transformar vidas, e sua partida deixa um vazio imenso na comunidade escolar e em todos que tiveram a oportunidade de conviver com ele. Neste momento de dor, prestamos nossas condolências, em especial a sua mãe, Isa Bezerra Lopes, sua esposa, Ana Ribas, chefe da Divisão das Séries Iniciais do Ensino Fundamental da Semed, aos filhos Kaire, Luan e Maria Eduarda, aos irmãos Everton Bezerra Lopes e Jaqueline Bezerra Lopes, às enteadas Maria Clara e Maria Eduarda, desejando que encontrem conforto nas lembranças de amor e dedicação que ele deixou. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de pesar aos amigos e familiares do senhor Darci da Mata Carvalho, homem de caráter, íntegro, dedicado à família, respeitado por todos que o conheceram, que deixou um legado de valores, trabalho e amizade que permanecerá vivo na memória de quem o cercava. Esta Casa de Leis expressa sua solidariedade aos amigos e familiares do senhor Darci, especialmente a sua esposa, a senhora Beatriz Scudeler da Mata Carvalho, seus filhos, o assessor de gabinete, Leonardo Scudeler da Mata Carvalho e Rogério Scudeler da Mata Carvalho, rogando a Deus a proteção e o conforto de todos os enlutados. Requeiro à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, a reserva do Plenarinho Deputado Nelito Câmara, no dia 19 de setembro, das 19 às 22 horas, para a posse da nova gestão, triênio 2025 a 2028, do Conselho Regional de Psicologia. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de congratulação ao senhor Luiz Inácio Lula da Silva, presidente da República, que fará nesta quinta-feira o lançamento oficial do "Programa Gás do Povo", no Aglomerado da Serra, em Belo Horizonte. Essa iniciativa promete beneficiar quinze milhões e meio de famílias, em todo o Brasil, e visa a garantir botijões de gás gratuitos para as famílias de baixa renda, totalizando cerca de cinquenta milhões de pessoas, com o objetivo de combater a pobreza energética, aliviar o orçamento familiar e promover melhorias na saúde, especialmente para as mulheres que, até então, dependem de fontes de energia como lenha e álcool, que podem ser prejudiciais à saúde. Segundo o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, o programa se apresenta como um avanço significativo em termos de políticas públicas voltadas para a segurança alimentar e o bem-estar social. O Programa Gás do Povo combate a pobreza energética, oferece alívio no orçamento das famílias mais vulneráveis e ainda protege a saúde das mulheres e crianças que utilizam lenha e outros materiais inflamáveis e tóxicos. A implementação desse programa ocorre em substituição ao auxílio gás, ampliando de forma considerável o número de beneficiários com foco em uma distribuição mais eficiente e transparente do recurso. Senhor presidente, eu quero lembrar que no governo anterior nós tínhamos notícia de que muita gente utilizava lenha e álcool até para cozinhar em casa, e isso refletia o aumento da pobreza no país, que entrou no mapa da fome. Naquele período, a gente teve um empobrecimento mais acentuado das famílias que passaram a utilizar a lenha para cozinhar, mas hoje, com esse Programa "Gás do Povo", lançado pelo presidente

Lula, serão beneficiadas quinze milhões e meio de famílias, ou seja, mais de cinquenta milhões de pessoas, o que dará mais dignidade às famílias que vão deixar de ter esse gasto com o gás de cozinha e vão ter essa facilidade de poder fazer os seus alimentos em casa. Então, é um programa de um alcance social extraordinário, e como disse aqui o deputado Zeca do PT, temos que reconhecer que o governo do Brasil é o que mais realiza programas sociais. Além do "Gás do Povo", nós temos o "Programa Mais Acesso a Especialistas (PMAE)", criado pelo Ministério da Saúde, que visa a reorganizar e qualificar a atenção especializada no Sistema Único de Saúde (SUS), reduzindo o tempo de espera por consultas, exames e procedimentos especializados, com foco em pacientes crônicos e de oncologia. O Governo Federal agora está fazendo convênios com hospitais privados para garantir o acesso a oftalmologista, cardiologista, neurologista e outras especialidades, com a finalidade de diminuir a fila das pessoas que estão precisando de especialistas, esse atendimento tão importante na rede pública de saúde. Então, o Governo está fazendo convênios com esses hospitais, além do "Programa da Taxa Zero de Energia Elétrica" que também vai atender milhões de famílias. Por tudo isso, hoje eu apresento essa moção de congratulação ao nosso presidente. Muito obrigado.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Com a palavra, o deputado Roberto Hashioka.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Bom dia, senhor presidente, Mesa Diretora, caros deputados, deputadas, senhoras, senhores e a quem nos acompanha na TV e Rádio ALEMS. Tenho aqui uma moção de congratulação. Requeiro à Mesa, na forma regimental, após ouvido o colendo Plenário, que seja enviada moção de congratulação para a Associação Cultural e Esportiva Nipo-Brasileira de Dourados, representada pelo presidente, senhor Nélio Shigueru Kurimori, por conquistar o Título Brasileiro de Beisebol, disputado nos dias 23 e 24 de agosto, em Ibiúna-SP. Com essa conquista inédita, o time de Dourados assegura vaga para a Taça Brasil, programada para os meses de novembro e dezembro, e consolida-se como uma das forças do beisebol brasileiro. Tenho aqui um requerimento. Requeiro à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja autorizada a reserva do Plenário Deputado Júlio Maia, na data de 20 de outubro de 2025, a partir das 19h, para a realização da Sessão Solene em comemoração ao Jubileu de Diamante da Regulamentação da Profissão de Administração no Brasil e pela Semana do Administrador, instituída pela Lei Estadual nº 3.057, de agosto de 2005, honraria que será entregue pelo Conselho Regional de Administração do Estado de Mato Grosso do Sul (CRA-MS). Solicito também que seja disponibilizado serviço de cerimonial, confecção de convites, segurança, sonorização, cobertura da TV e Rádio ALEMS, imprensa, sala médica, taquigrafia, serviços de copa, água, café e sala vip para assegurar a realização do evento. Era isso, senhor presidente. Obrigado.



PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Com a palavra, o deputado Neno Razuk.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Senhor presidente, permita-me fazer a leitura aqui da minha mesa?

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Claro, deputado.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Obrigado, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — O mais novo da Assembleia, fazendo a leitura sentado.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Senhor presidente, depois que eu fiz a cirurgia bariátrica às vezes sinto tontura, sudorese, e agora me deu mal-estar na hora da leitura.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Um "tilt".

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Na verdade o "tilt" deve ter dado no deputado Pedro Kemp, que veio falar aqui essas barbaridades do governo Lula. Mas vamos em frente. Eu quero dizer que concordo com o deputado João Henrique, quando ele diz que o nosso Regimento Interno precisa de algumas mudanças e também de uma comissão formada pelos deputados. Eu vou citar aqui a própria CCJR, da qual faço parte, em que já tive projetos rejeitados e não havia nenhum tipo de recurso, mesmo porque ela é unânime, e a gente aceita que foi rejeitado. O que tem acontecido é que, logo depois de ser rejeitado um projeto, outros projetos muito similares, até idênticos, são aprovados por outros deputados, e a gente fica sem entender. Então, na verdade, o Regimento Interno precisa de algumas mudanças, algumas reformulações, porque como disse o deputado Zeca, o nosso Regimento é ultrapassadíssimo, sendo necessária essa mudança. Requeiro à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao secretário Hélio Queiroz Daher; à secretária de Estado de Assistência Social, senhora Patrícia Elias Cozzolino, e à Secretaria de Estado de Saúde, solicitando esclarecimento a respeito das campanhas de prevenção ao suicídio, por se tratar o "Setembro Amarelo" de um mês dedicado à Campanha de Conscientização e Prevenção ao Suicídio e à Valorização da Vida. Considerando que o Mato Grosso do Sul registrou a maior alta percentual do país em caso de suicídio, em 2024, uma taxa de 9,9% a cada cem mil habitantes, sendo a 7ª mais alta do país, conforme matéria divulgada pelo Campo Grande News no dia 24 de julho de 2025, solicito informações sobre campanhas realizadas aqui no Estado, através das secretarias de Estado, que visem combater e diminuir essas taxas alarmantes. Isso é extremamente preocupante. Quero encerrar mencionando a fala do deputado Pedro Kemp, que sempre busca criticar o governo anterior. A preocupação dele com o crescimento eleitoral da direita é porque tem medo de ela retornar, e isso vai acontecer, com certeza, porque o governo da esquerda vive de mentiras,

de calúnias. O país nunca teve tanta dificuldade financeira como agora, o país está quebrado e agora tem adotado ações visando comprar votos. Isso tem que acabar, tem que haver uma recuperação que só quem pode trazer de volta é a direita. Como sempre o PT veio aqui, mentiu, disse que estava na oposição, mas cadê a entrega dos cargos? É isso, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Com a palavra, o deputado Junior Mochi.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Senhor presidente, senhores deputados, quero cumprimentar todos que prestigiam esta Sessão com suas presenças e, de modo especial, os vereadores da minha querida Coxim, o Marquinho e o William Meira. Eu faço uso da palavra, no Pequeno Expediente, para apresentar duas indicações e uma moção. Recebi em meu gabinete a vereadora Patrícia Capucci, de Naviraí, que trouxe um problema emergencial: o 190 não está funcionando lá. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder, em caráter de urgência, ao senhor Antônio Carlos Videira, secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública, e ao senhor Renato dos Anjos Garnes, comandante-geral da Polícia Militar, solicitando a adoção de providências visando ao restabelecimento e regularização do serviço de telefonia de emergência 190, no município de Naviraí, lembrando que o 193 do Corpo de Bombeiros, também não está funcionando. Justificativa: em atenção ao pleito formulado pelo Conselho de Segurança Pública de Naviraí, encaminhado por intermédio da vereadora Patrícia Capucci, conforme ofício anexo. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Guilherme de Alcântara de Carvalho, secretário de Estado de Infraestrutura e Logística, ao senhor Mauro Azambuja Rondon Flores, diretor-presidente da Agesul, por cópias autônomas, solicitando estudos técnicos e viabilidade de recursos para pavimentação asfáltica da estrada vicinal que liga o bairro Monte Alto, no município de Nioaque, ao Trevo do Turvo, em Maracaju. O trecho mencionado é composto por dois segmentos: do bairro Alto até o Quilombo São Miguel, totalizando vinte e quatro quilômetros, e o Quilombo São Miguel até o Trevo do Turvo, em Maracaju, com mais dezessete quilômetros, totalizando quarenta e um quilômetros de pavimentação asfáltica. Justificativa: em atendimento ao pedido formulado pelo vereador Jorge Fernandes Lemes, da Câmara Municipal de Nioaque, que encaminhou a solicitação ao nosso gabinete, através do ofício anexo. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de congratulação à professora Ângela Maria Brito, secretária municipal de Educação do município de Três Lagoas, em razão do expressivo resultado alcançado pelo município no "Prêmio Escolas Destaques 2025", promovido no âmbito do "Programa MS Alfabetiza". Das trinta escolas finalistas anunciadas pela Secretaria de Estado de Educação, doze delas são pertencentes à rede municipal de Três Lagoas, o que representa mais da metade das unidades de ensino do município, o que evidencia a seriedade e a dedicação com que a

gestão municipal vem conduzindo suas políticas educacionais. Se aprovada, a moção poderá ser redigida nos termos que se seguem. É só, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Quero registrar e agradecer a presença dos vereadores Willian Meira e Marcio Barbosa de Souza, do município de Coxim; do Luiz Ramão Franco Pires, presidente da Câmara Municipal de Antônio João; do Robinho e do Igor Chagas, vereadores do município de Rio Verde. Passo a presidência para o deputado Gerson Claro.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrado o Pequeno Expediente. Passemos ao **GRANDE EXPEDIENTE**. Antes, gostaria de registrar que daqui a pouco iremos atender, no Plenário, o senhor Eyder Brasil, deputado estadual pelo Estado de Rondônia. Com a palavra, o deputado Paulo Duarte. Transferida. Com a palavra, o deputado Zeca do PT. Transferida. Com a palavra, o deputado Lidio Lopes. Transferida. Com a palavra, a deputada Mara Caseiro. Transferida. Com a palavra, o deputado Pedro Kemp. Transferida. Com a palavra, o deputado Junior Mochi. Transferida. Com a palavra, o deputado João Henrique.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — sem revisão do orador — Senhor presidente, se Vossa Excelência permitir, eu gostaria de usar o painel virtual para ilustrar a minha fala, inclusive separei alguns dados estatísticos, algumas imagens, vou entregar em um pen drive para sua verificação, e caso eu possa, durante a minha fala é só subir as imagens. Ontem, eu fiz uma fala muito contundente, nesta tribuna, demonstrando a situação fiscal do Estado, comprovando através de farta documentação, deputado Hashioka, deputado Zeca do PT, a situação fiscal do Estado. Quando eu cheguei ao meu escritório, como tenho o costume de assistir aos comentários na TV Assembleia, pude ver toda a estrutura que estão tentando impor em contraposição a nossa fala, o que eu achei de extremo desrespeito com este parlamentar. E veja, deputado Hashioka, eu não estou falando do jornalista que escreveu o título ou a capa dos comentários pós-debates na Assembleia, até porque o meu público na rede social é muito forte e não assiste tanto TV Assembleia, mas eu acho, deputado Zeca do PT, um desrespeito muito grande com este parlamentar, que veio, deu elementos e dados, dizendo que o Estado está no vermelho e a TAG que acompanhou a matéria da TV Assembleia diz: "Estado verde. O Estado está no verde", e até a formatação era em verde, em contraposição a nossa fala em relação à fala do vice-líder do Governo, deputado Pedrossian Neto. Entendo os jornalistas, sei que foi alguma instrução, alguma diretriz, e que essa vai ser a tônica do Governo, mas o correto deveria ser o seguinte: "deputado A insiste que o Estado está no vermelho; deputado B insiste que está no verde", e não uma escolha daquilo que vai ser ofertado, mesmo porque nós temos independência funcional. Então, aqui fica uma crítica a quem quer que tenha imposto essa situação, porque nós fizemos um alerta e eu vou voltar nele para provar que o Estado está no vermelho, não sem antes dizer o que nós já sabemos, deputado Zeca do PT que foi o governador do estado. Eu tive ontem informações da grande alternativa e

preparo do Governo, principalmente do secretário, e cito nominalmente o secretário Rodrigo Peres, porque é muito fácil você tentar moer, assim como moe a soja, a popularidade de um parlamentar, mas a popularidade que se sustenta em fatos não é tão fácil assim. Então, sei que a tônica e a fala do deputado Caravina, de ontem, foi instruída, e sei o que vem pela frente, mas com muito incentivo sei como combater e reagir, e combaterei com prazer, fica aqui o alerta. Digo isso, deputado Roberto Hashioka, porque hoje enxergo o governo do Eduardo Riedel, que diz ser o estado verde, aliás se ele pudesse ele se pintava inteiro de verde, igual ao Grinch, daquele conto americano, aliás, até por similaridade, sintonia talvez com a Marina Silva... Ele não teve a coragem para defender a federação e entregou o Pantanal por medo de uma intervenção no Imasul, pois sabe lá o que poderia ser descoberto, mas me parece que ele atua como se fosse aquele bicho, o Grinch. E, para quem não sabe, o Grinch é o vilão do Natal, aquele que rouba os presentes, assim como quem está roubando as informações, com o intuito de destruir o Natal. Destruir o Natal é não pagar salários, é não cumprir as promessas de campanha, é fazer o servidor acreditar que é possível uma equiparação salarial dos professores convocados com os professores efetivos, quando não é mais possível pela questão fiscal do Estado, assim como o salário da polícia, corroído há mais de nove, dez anos, sem reajuste real. Todas as promessas do PSDB rasgam-se facilmente, como o José Serra fez no governo de São Paulo, quando assinou, assim como o governador Eduardo Riedel, uma série de compromissos, que no caso dele era não se candidatar mais ao governo de São Paulo se fosse eleito prefeito, mas amassou o papel e jogou fora, e parece-me que essa é a mesma conduta do governador. As informações que nós estamos recebendo estão saindo de dentro do Governo e nós estamos aprofundando e fundamentando. O que eu vou tratar aqui com Vossas Excelências é escabroso, mas quero dizer que tudo isso está acontecendo porque o governo é uma instituição viva, deputado Hashioka, é como se fosse um cavalo arisco que pega um peão, doma, toma as rédeas, sobe em cima e coloca uma pessoa da mesma estatura, força e peso, mas não exerce a governança sobre ele. O cavalo, assim como o governo, respira, sente, reage e derruba aquele que é inapetente, aquele que não exerce a governança, aquele que é letárgico para tomar decisões, aquele que não enfrenta, aquele que demora, aquele que não delega, aquele que se recusa, por meio da política, a resolver aquilo que já deveria ter sido resolvido, aquele que se volta contra as lideranças, os prefeitos que ajudaram a colocá-lo lá e que agora estão recebendo um calote há oito, nove, dez meses de verbas discricionárias da Saúde. Veja, pessoas estão morrendo porque o governador Eduardo Riedel não repassa a seus aliados, não paga e não cumpre os seus compromissos particulares com lideranças, prefeitos, fornecedores em atraso. Percebam que o que chega até nós e tem incomodado o governo é porque o cavalo respira, sente a falta de habilidade do peão e pode até derrubá-lo. Digo isso porque o deputado Neno Razuk tocou aqui numa fala sobre o rompimento do PT, e peço para colocar a imagem do deputado Vander Loubet conversando com o governador Eduardo Riedel na capa de um periódico: "Mato Grosso do Sul negocia novo empréstimo de dois bilhões com o BNDES". Na verdade, me parece que não se trata de um novo empréstimo, e aí peço para passar a imagem dois para

que eu explane, deputado Zeca do PT, que é impossível desvincular a conexão do PT com o governador Eduardo Riedel. O empréstimo contratado no BNDS que nós informamos à época que não deveria ter sido contratado dessa forma, como eu disse ontem sobre o empréstimo da MSGás, foi autorizado por esta Casa, formalizado há muito tempo. Percebam que o mandato do governador Eduardo Riedel está se encerrando e o valor de liberação que ele conseguiu é da ordem de duzentos e sessenta e sete milhões de reais. Então, veja, está lá nessa imagem dois: o saldo a ser liberado, atualizado na data que nós solicitamos a certidão, é de dois bilhões de reais e ele precisa de interlocução do deputado Vander Loubet para conseguir a liberação. E vejam que após a Assembleia contratar e autorizar a liberação desse recurso, o BNDS não libera para o governador Eduardo Riedel. E por que não libera? Até o presente momento liberou 11% do valor contratado. Nós estivemos em contato com autoridades do BNDS, deputado Zeca do PT, com fiscais de contrato, inclusive eu estudei as normativas e existe um denominador comum em toda a liberação de recursos do BNDS. Eu gostaria de explicar tudo isso a Vossas Excelências, para provar que o Estado está no vermelho. O BNDS libera os recursos em *trenches*, ou seja, em etapas, e Vossas Excelências, deputado Roberto Hashioka, deputado Junior Mochi, que já foram prefeitos, sabem que essas etapas necessitam de cumprimento em regime de contrapartida, para que o banco possa liberar a totalidade. Então, vejam os critérios: 1 - Mitigação do risco de crédito, acompanhamento da execução; 2 - Condicionalidade fiscal, pois o Estado só recebe se estiver em dia com a Lei de Responsabilidade Fiscal, como está na minha fala de ontem, comprovando que o Governo está no vermelho; 3 - Acompanhamento técnico: em todas as obras que foram contratadas e vinculadas àquela operação, através de perícia do Banco Nacional de Desenvolvimento, há uma fiscalização de cada etapa, e se o estado não estiver cumprindo, por incompetência, as obras que estiverem a ele vinculadas ou os programas, o banco trava a *trenches*, 4- Controle de inadimplência de parcelas anteriores; 5 - Fluxo de caixa do banco. E aí, deputado Zeca do PT, deputado Junior Mochi, que é advogado, o fluxo de caixa do banco é interessantíssimo porque me lembra a época que eu comecei a estudar Direito, em São Paulo, e no dia 1º de abril pediram para que todos os estagiários, em caráter de sigilo, sem falar uns com os outros, procurassem a certidão de falência do Banco Central, e quem acertasse seria beneficiado, promovido. Naquela época, eu pensei: mas se faliu o Banco Central, quebrou o país e ninguém está sabendo. Era uma informação privilegiada e um simples estagiário deveria passar a tarde inteira andando para lá e para cá na Vara de Falência de São Paulo, no Banco Central, em cartórios distribuidores, e essa pegadinha ficou conhecida em vários escritórios de advocacia. Isso me lembra o Item 5, da possibilidade de suspensão desse recurso, fluxo de caixa do BNDES, basta acompanhar a execução orçamentária que o BNDS vai muito bem obrigado.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Permita-me um aparte, deputado?

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Concedo aparte a Vossa Excelência.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Dizer deputado João Henrique, que mais uma vez Vossa Excelência demonstra um conhecimento profundo da economia, da política, traz ao conhecimento desta Casa números e dados importantíssimos para o debate, afinal de contas o que está em jogo é a situação, é a saúde financeira do nosso Estado e isso implica em tudo, porque do jeito que está, nós corremos o risco de não ter salário. O que mais me preocupa é que não tem ninguém aqui no Plenário. Cadê os deputados da bancada governista, que deveriam estar aqui fazendo a defesa, polemizando, apresentando outros números, alegando a improcedência das informações que Vossa Excelência traz? Com exceção do deputado que vos fala e do deputado Pedro Kemp, meu líder que está aqui ao meu lado, mais ninguém. Os deputados Junior Mochi e Hashioka sumiram, senhor presidente. Nós somos cinco deputados aqui na Casa, mas, com certeza, tem mais gente escondida na tocaia por aí, querendo informação do que de fato acontece no Estado.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Obrigado, deputado Zeca do PT. Houve uma época, que no Plenário da Câmara um deputado federal falava ao vento, e ele se tornou presidente da República. Isso pouco me incomoda, aliás, para mim seria um prazer a oportunidade de ter alguém com quem debater, mas caso não haja, eu gostaria apenas de citar os dados e talvez ao deputado Junior Mochi e ao deputado Roberto Hashioka. Essa é a parte mais importante da minha fala. Prestem atenção, imprensa escrita, falada, parlamentares, vou citar o que disse ontem nesta tribuna: o Governo do Estado de Mato Grosso do Sul, deputados Zeca do PT, Junior Mochi e Hashioka, não entregou a prestação de contas quadrimestral em maio, e vai estar em atraso agora em setembro, pela segunda vez. E o que eu vim fazer hoje, aqui, é mostrar e provar para Vossas Excelências aquilo que o Tesouro me pediu. Dar uma segurada tem um reflexo na contratação e liberação desses recursos do BNDES, e por mais abraçado que o governador Eduardo Riedel esteja ao deputado Vander Loubet, não há ginástica possível que o deputado, que o presidente da República, que a Simone Tebet faça que consiga liberar esse recurso, enquanto o governador Eduardo Riedel estiver no vermelho e descumprindo a Lei de Responsabilidade Fiscal. E sabe por que, deputado Junior Mochi, e cito Vossa Excelência porque é um grande regimentalista. Porque combinado com o nosso Regimento Interno, o artigo 54, da Lei de Responsabilidade Fiscal, diz o seguinte: ao final de cada quadrimestre, será emitido pelos titulares dos Poderes e órgãos referidos no artigo 20 ao RGF (Relatório de Gestão Fiscal) assinado, inciso I, pelo chefe do Poder Executivo; artigo 55, parágrafo 3º... Leiam, divulguem imprensa falada e escrita e nossa querida TV Assembleia: parágrafo 3º - o descumprimento do prazo a que se refere o parágrafo 2º sujeita o ente à sanção prevista no parágrafo 2º do artigo 51. Leia-se o artigo 51, deputado Hashioka: o descumprimento dos prazos previstos neste artigo impedirá, até que a situação seja regularizada, ou que o Poder ou órgão referido no artigo 20, deputado Zeca do PT, deputado Junior Mochi, deputado Pedro Kemp, deputado Professor Rinaldo, que receba as transferências voluntárias e contrate operações de crédito, exceto as destinadas ao pagamento da dívida mobiliária. Ou seja, o governador Eduardo Riedel há muito tempo, e não se sabe o porquê, não temos essa informação... Eu gostaria de ler esse contrato, já fiz um pedido de

certidão ao BNDS, para entender aquilo que está contratado e fora da Lei de Responsabilidade Fiscal que já determina essa gestão, e circulares normativas do banco, para ter maior compreensão. Agora, o presidente da Comissão de Execução Orçamentária é este deputado e é ele quem deve receber, analisar essas contas, em audiência pública, já em atraso tanto em maio quanto em setembro, e tem a capacidade de certificar e enviar ao BNDS. Eu posso, devo e irei fazer a informação do atraso. Eu acredito que o BNDS, seja por falha na execução das obras e programas que estejam vinculados, ou por já ter recebido nosso alerta em outras oportunidades, tem o entendimento de que se o governador Eduardo Riedel não conseguir a liberação... A informação que recebo do cavalo do Tesouro é que se não internalizar esse recurso, não só os fornecedores estarão em atraso, mas como o deputado Zeca do PT mencionou, o Natal dos servidores será estragado. Inclusive já poderiam ter recebido o seu salário, assim como outros Poderes depositaram antes da data final que é o quinto dia útil.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Conceda-me um aparte, deputado.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Concedo o aparte ao deputado Junior Mochi.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Deputado João Henrique, o meu questionamento e o meu aparte vêm ao encontro do que o senhor acabou de falar. Vossa Excelência é o presidente da Comissão Permanente de Execução Orçamentária desta Casa e, por legitimidade, cabe, obviamente, por força de lei, ao Poder Legislativo, fiscalizar. Então, entendo que Vossa Excelência, e isso está previsto regimentalmente, a cada cento e vinte dias cabe ao Parlamento convocar o Secretário de Estado de Fazenda, os representantes não só do Poder Executivo, mas também do Poder Judiciário, do Ministério Público, da Defensoria, e aqueles que estão submetidos ao regime da execução orçamentária, para que eles prestem conta a esta Casa. E a quem cabe convocá-los? À Comissão de Execução Orçamentária, da qual o senhor é o presidente.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Obrigado pelo aparte, de Vossa Excelência.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Só para contribuir, se Vossa Excelência permitir.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Eu preciso somente concluir a minha fala e depois permitirei o aparte a Vossa Excelência. Na esteira do que o deputado Junior Mochi estava dizendo, a convocação se dá mediante a apresentação para que a gente possa reunir todos os membros, mas o Regimento Interno desta Casa precisa ser reformado, para ficar um pouco mais claro quanto ao poder de convocação, ao requerimento à Mesa, para que seja convocada em razão do atraso. Mas, sem problema, assim o farei por ter a certeza de que estou contando com o apoio de Vossa Excelência. Vou fazer um alerta. Vejam as leis orçamentárias, tanto a LOA quanto a LDO, deputado Roberto

Hashioka, deputado Junior Mochi, tendo ciência que um estado renuncia, no último boletim do Tesouro Nacional, a 39,6% da sua receita, e que naquela época do boletim, deputado Zeca do PT, preste atenção, a renúncia fiscal, em 2023, era de 5,5 bilhões face a um orçamento de 20 e poucos bilhões à época. Em 2024, aumentou para 5,8 bilhões; em 2025, 6,1 bilhões. Agora pasmem: em 26, 27 e 28, sabem para quanto aumentou a renúncia fiscal anual, deputado Junior Mochi? Em 2026, a estimativa do Governo, porque são contratadas para anos futuros, então já está estimado, de 6 bilhões passou para 11 bilhões por ano. A renúncia fiscal do Estado passou de 2023, no começo do governo Riedel, a ser contratada, e o senhor falou quem contrata, quem aprova os projetos de renúncia fiscal no começo do mandato... Passou do governo Reinaldo, de 5,5 bilhões para 11,9 bilhões em 2026. E para 2027, 12 bilhões; para 2028, a estimativa contratada da renúncia fiscal é de 13 bilhões, sendo que o orçamento da receita corrente líquida para 26, 27 e 28, estimada em 22, 23, depois de 28, 25 bilhões. Então, em 2026, 22 bilhões; em 2027, 23 bilhões; em 2028, 25 bilhões. Quer dizer, o Estado vai renunciar a mais da metade. O que é isso? E vejam: a renúncia não passa pela Assembleia Legislativa. Qualquer contrato de empréstimo, deputado Zeca do PT, que vai ser devolvido ou que pode atingir o Estado por empresa pública indiretamente, como o absurdo da MS-Gás que está tentando ser liberado, passa por esta Casa. Agora, o empréstimo, a renúncia, que é a doação, com a contrapartida, no valor de 13 bilhões de reais estimado, sequer passa. Então, a Assembleia está perdendo cada vez mais a sua capacidade de fiscalização, e quando isso acontece, quando há esse tipo de renúncia à nossa prerrogativa, quando o Governo não mostra... Vejam lá a tabela em que o Governo coloca a renúncia fiscal: agricultura, indústrias de transformação, eletricidade, gás, água, esgoto, construção, comércio, mas não fala quem são os beneficiários. Quem está recebendo? Nós sabemos, deputado Zeca do PT, uma agulha que entra dentro de uma secretaria, como que esse dinheiro entra, é passado à terceira iniciativa privada e nós não sabemos a quem, com qual compromisso, com qual resultado. E se é só para gerar emprego, qual foi o investimento da renúncia fiscal para o setor de educação, inteligência artificial, setor de segurança? Quem é que disse que, Assembleia Legislativa, quero que esses setores sejam beneficiados dessa forma? Então, eu fico muito chocado em ver um recurso tão vultoso e o Estado no vermelho, comprovadamente impedido de receber o dinheiro do BNDS, que se não for utilizado para cumprir as obras contratadas pelo governador, que já estão em atraso, e trocar esse dinheiro, acabar sendo, por engenharia financeira, utilizado para tocar o Estado, eu quero ver como é que vai pagar a conta. Enquanto nós estamos sem ver, sem saber, sem cancelar. Isso não existe! A certidão da União Federal sobre os impostos, abre agora no TCU. A União Federal é capaz de emitir agora uma certidão com nome, CNPJ e valores de todos os impostos federais gerados no Mato Grosso do Sul, que são renunciados à empresas beneficiadas, contendo uma discriminação completa. E o Estado, no mandado de segurança que este parlamentar ajuizou e ganhou, teve a capacidade de dizer que há violação de sigilo se colocar o valor que cada empresa recebeu, quando outros entes da Federação, a exemplo de impostos que são gerados aqui no Estado, já fornecem isso sem a necessária exigência judicial.

Quero que o Poder Judiciário entenda a importância de demonstrar e trazer a transparência desses dados que o governador Eduardo Riedel insiste em omitir. Com essa fala agradeço, presidente. Desculpa não ter conseguido dar um aparte a Vossa Excelência, mas podemos debater isso com maior qualidade semana que vem, ou a qualquer momento, porque o tema vai trazer reflexo daqui até o final do ano, ou pelo menos até 2028, para quem continuar nesta Casa com vontade de debater esse tema. Obrigado, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Deputado, na verdade eu não pedi aparte, é que o deputado Junior falou do relatório previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal, e o artigo 9º estabelece que tem os prazos para apresentação do Governo, mas quem tem obrigação de convocação é Vossa Excelência, como presidente, inclusive encontra-se atrasado, mas todos os relatórios de responsabilidade do Governo, conforme o artigo 55, estão publicados. Eu, como presidente, gostaria que Vossa Excelência convocasse imediatamente, através da sua comissão, para que houvesse apresentação, porque tem que ser maio, setembro e fevereiro, e Vossa Excelência está em atraso com essa convocação. Só para documentar isso. No momento da apresentação, eu vou ter oportunidade de entender esse negócio de renúncia, de entrar o dinheiro, depois o dinheiro sair, eu nunca vi, eu não entendi essa operação matemática, mas depois Vossa Excelência me explica. Com relação à Comissão de Execução, se o senhor puder convocar ainda hoje, eu ficaria muito satisfeito.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Senhor presidente, tem muita coisa que Vossa Excelência não entende, e nem eu, mas passaremos a entender se o governador trouxe as informações. Então, eu aproveito a oportunidade para deixar convocado, em tempo, todos os Poderes. Oficializarei para quinta-feira da semana que vem, no período da tarde, já que está todo mundo com o relatório pronto. Quero só justificar a Vossa Excelência, porque é a primeira vez que sou presidente dessa comissão, e a regra do Regimento que chegou a este parlamentar é que essas informações chegavam em acordo e combinação com todos os Poderes, para imediatamente entrar na audiência pública. Na minha interpretação, quando fiz o estudo, presidente, há realmente dúvida e obscuridade sobre quem tem que convocar, se sou eu diretamente, ou se tem que ser através de requerimento da Mesa. Como tenho a complacência de Vossa Excelência e de outros líderes, já estou convocando, com muito prazer, para quinta-feira que vem, no período da tarde, já oficializando a todos os Poderes. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Está encerrado o Grande Expediente. Passemos à **ORDEM DO DIA**. Consulto o senhor segundo-secretário se há quórum para a deliberação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor Presidente, há quórum para deliberação.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Havendo quórum para deliberação, passemos aos itens pautados para esta Sessão. Item 1. Consulto se o deputado Paulo Corrêa está presente. Vou inverter aqui. Item 2. Em discussão única. Projeto de Resolução nº 024/2025. Autor: deputado Professor Rinaldo, em coautoria com o deputado Renato Câmara. "Institui, no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul, o Diploma e a Medalha do Mérito Legislativo em homenagem ao Cooperativismo". A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Neno Razuk. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 024/2025, de autoria do deputado Professor Rinaldo, em coautoria com o deputado Renato Câmara.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (sem partido) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Presidente, só para dizer da importância que é o cooperativismo no país, em especial em Mato Grosso do Sul, pela sua vocação econômica. Para se ter uma ideia, nós temos, hoje, aproximadamente setecentas mil pessoas que fazem parte de uma cooperativa, das cento e trinta e seis que já existem. Isso tem ajudado muito na construção do PIB brasileiro, aliás, proporcionalmente, é o maior do Brasil. Eu quero aqui agradecer pela unanimidade, até porque a única Assembleia Legislativa do país em que os vinte e quatro deputados são signatários. Obrigado, senhor presidente, e parabéns a todos aqueles que contribuem para o fortalecimento do cooperativismo no Mato Grosso do Sul e no Brasil.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Consulto o senhor segundo-secretário sobre o resultado da votação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, foram dezoito votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai ao Expediente. Item 3. O deputado Pedrossian está presente? Está no virtual. Item 4. O deputado Paulo Duarte está presente? Também inversão. Os deputados que estão no virtual precisam se manifestar para a gente colocar em votação, não basta somente sinalizar como presente. Item 5. Em segunda discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 158/2025. Autor: Poder Executivo. "Altera a redação de dispositivo da Lei nº 1.854, de 21 de maio de 1998, que autoriza a constituição da Companhia de Gás do Estado de Mato Grosso do Sul - MSGás". A Comissão de Serviço Público, Obras, Transporte, Infraestrutura e Administração emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Coronel David. A Comissão de Finanças e Orçamento emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Pedrossian Neto. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 158/2025, de autoria do Poder Executivo.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Abstenção.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Não.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (sem partido) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Abstenção.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Abstenção.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Senhor presidente, eu queria declarar o meu voto.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Para declarar o voto, o deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Ontem, foi colocada na discussão desse projeto que o Governo estaria apenas atualizando os valores de quando foi aprovado esse projeto em 1998, há vinte e três anos. Naquela época, o valor era setenta milhões e hoje são trezentos e cinquenta milhões. Se fosse feita uma atualização pura e simples, chegaria a duzentos e setenta milhões, não chegaria a trezentos e cinquenta milhões. Eu penso que

um projeto dessa natureza merece uma visita do secretário de Estado de Governo para expor as razões, explicar para esta Casa as razões desse aumento tão significativo. Então, por conta disso, a Assembleia Legislativa precisa ser informada devidamente desses projetos que trazem algum impacto para a economia do estado. Então, em função da falta de visita de algum membro do Governo, aqui, para esclarecer melhor, é que a gente se abstém nesta votação.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Declaração de voto, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Para declarar o voto, o deputado João Henrique.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — O meu voto é contrário, mas apenas para complementar a fala do ilustre deputado Pedro Kemp, a redação de setenta milhões de reais foi dada pela Lei nº 2.487/2002. Então, me parece que já houve uma atualização desse valor em 2002, e para chegar no valor que Governo pretende, teria que atualizar com juros e correção monetária. Essa é uma atualização financeira de quem está devendo algo a alguém, não uma simples atualização da moeda. Independentemente da atualização da moeda, se for setenta, oitenta, trinta, quarenta, um bilhão de reais, acho que a Assembleia não deveria abrir mão da prerrogativa de cancelar, autorizar e saber a que estaria vinculado qualquer tipo de empréstimo que possa o Estado responder, ser beneficiado ou responsabilizado como garantidor indireto. Voto contrário.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Para justificar, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Para justificar, o deputado Zeca do PT.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Votei pela abstenção e faço minhas as palavras do deputado Pedro Kemp, justificando com profundidade e com propriedade a nossa decisão de nos abster de uma votação como essa, pela importância que tem. Obrigado, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Queria registrar, até porque a presidência só vota quando empata, que a matemática é exata, não cabe discussão quando você fala que dois mais dois são quatro, mas tem gente que discute. Pegue 2002, setenta milhões e o valor do orçamento da empresa em 2002 - e o crescimento econômico do Estado e o crescimento econômico da empresa, a sociedade que a empresa tem com a Mitsui, empresa japonesa, e nós não estamos comprometendo a receita do Estado, não está autorizado já financiamento pronto, é a capacidade da empresa que se renova com isso. Então eu não tenho dúvida, acho que o deputado Pedro Kemp tem razão, basta que seja solicitado no momento oportuno, nas discussões de mérito, nós mesmos encaminhamos. Eu não vejo problema algum, até porque, o orçamento do Estado cresceu

mais de dez vezes, cresce no período, tranquilamente, e o que autorizou em 2002, em 1998, naquela época, está sendo autorizado agora. Então é o mesmo peso e a mesma medida. Encerrada a votação.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Permita-me uma pequena colocação, presidente. O que Vossa Excelência acabou de fazer poderia muito bem ter sido colocado pelo líder do Governo, nesta Casa, ou pelo vice-líder, ou alguém do próprio Governo. A Assembleia tem que ser respeitada, ela precisa ter informações e o Governo, através do seu líder aqui, poderia fazer o que Vossa Excelência acabou de fazer. Então fica aqui o nosso registro.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Marcio Fernandes.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Só para registrar a presença do ex-prefeito de Bela Vista, nosso amigo Pitty.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Seja bem-vindo à Casa.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são dezesseis votos favoráveis, um voto contrário e três abstenções.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai ao Expediente. Item 1. Em discussão única. Projeto de Resolução nº 018/2025. Autor: deputado Paulo Corrêa. "Concede a Comenda do Mérito Legislativo a quem especifica". A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Neno Razuk. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Resolução nº 018/2025, de autoria do deputado Paulo Corrêa.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (sem partido) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Consulto o segundo-secretário sobre o resultado da votação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são dezessete votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai ao Expediente. Item 2 retirado de pauta. Item 4 retirado de pauta. Item 6. A deputada Gleice está presente no Plenário?

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Bom dia, presidente. Estou presente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Bom dia, seja bem-vinda ao Plenário Virtual. Item 6. Em primeira discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 129/2025. Autora: deputada Gleice Jane. "Institui, no âmbito do Estado de Mato Grosso do Sul, a Semana de Educação e Conscientização sobre Segurança Digital para Crianças e Adolescentes, denominada 'Segurança em Rede'. A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, com emenda substitutiva, tendo como relator o deputado Paulo Duarte. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Só para registrar, deputado Zeca, a última comenda que nós votamos lá na Itamarati foi para o Pepino, Antônio Perucci. Em votação, senhores deputados.

Projeto de Lei nº 129/2025, de autoria da deputada Gleice Jane.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (sem partido) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Consulto o segundo-secretário sobre o resultado da votação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são dezesseis votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai à segunda. Item 7. Em discussão única e votação simbólica. Dois requerimentos, vinte e uma

indicações, uma moção de aplauso e dez moções de congratulação. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Não havendo oposição, dou-as por aprovados. Item 8. Moção de pesar, apresentada pelo deputado Gerson Claro e transformada pela Casa, em razão do falecimento do senhor Laerte Garcia Ferreira. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Não havendo oposição, dou-a por aprovada.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Presidente, apenas para registrar o meu voto contrário às moções de Congratulação nº 03160/2025 e nº 03162/2025.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrada a Ordem do Dia. Passemos às **EXPLICAÇÕES PESSOAIS**. Com a palavra, o deputado Pedro Kemp. Transferida. Deputada Mara Caseiro. Transferida. Não há mais oradores inscritos. Registro e agradeço a presença do senhor Marcelo Mourão, vereador do município de Dourados, e do senhor Denis Diogo, craque de Fátima do Sul. Encerradas as Explicações Pessoais. Nada mais havendo a tratar, esta presidência declara encerrada a presente Sessão (11h22min).